



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

VOTO DE PROTESTO

O Povo Açoriano identifica o mar com uma familiaridade única, numa ligação ancestral.

Conferindo uma grande projeção atlântica a Portugal e à União Europeia, o nosso mar é uma referência estratégica fundamental.

O posicionamento geográfico das nossas ilhas também nos coloca no trajeto da navegação intercontinental de mercadorias e passageiros, sendo o nosso mar diariamente cruzado por dezenas de navios.

Nos Açores, a relevância dos setores económicos ligados ao mar conjuga-se com a sustentabilidade e a salvaguarda deste nosso ativo natural, e de modo muito particular das Áreas Marinhas Protegidas, num contributo determinante para o Planeta.

Importa, por outro lado, afirmar que o mar dos Açores constitui parte significativa da enorme área de jurisdição marítima do país e que, no exercício das obrigações de soberania, compete ao Estado garantir a fiscalização desta zona e bem assim a segurança de toda a atividade marítima que nela acontece. E ao mesmo tempo reconhecer publicamente que a Marinha Portuguesa exerce com irrepreensível dedicação e eficácia o apoio a naufragos e bem assim a situações de emergência ocorridas nesta circunscrição.

Em dezembro de 2016, o Secretário de Estado da Defesa Nacional, Marcos Perestrello, em visita aos Açores, anunciou que o Governo da República tencionava “atribuir ao arquipélago dos Açores o primeiro salva-vidas de grande capacidade, [da classe] ‘Vigilante 21’, que estará concluído na indústria nacional, no Arsenal do Alfeite, no final de 2018, para operar nas ilhas do grupo Central do arquipélago”.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

Passados três anos e meio sobre a data-limite prevista para a disponibilização da embarcação, o Governo do Primeiro-Ministro António Costa ainda não cumpriu essa promessa, deixada pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional por ocasião da inauguração das estações “Costa Segura” da Horta e do Corvo.

Ainda recentemente, no termo da sua comissão de serviço, o senhor Comandante da Zona Marítima dos Açores, Comodoro Machado da Silva, afirmou estar “a aguardar uma embarcação salva-vidas de grande capacidade”.

A carência de meios provoca, naturalmente, constrangimentos na atuação da Autoridade Marítima e dos seus efetivos em situações de emergência, comprometendo o sucesso da ajuda e socorro que são devidos a quem navega no mar dos Açores, sejam residentes ou não-residentes, em trânsito entre ilhas, na atividade piscatória, em viagens de recreação ou no transporte de mercadorias.

De notar, ainda, que o Governo Regional, de acordo com o seu Programa, aprovado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, se comprometeu a “reivindicar que a República cumpra a suas funções de soberania, no âmbito da defesa e fiscalização do mar dos Açores”.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Protesto ao Governo da República pelo incumprimento da disponibilização de um salva-vidas da classe “Vigilante XXI”, para operar nas ilhas do Faial, Pico, S. Jorge, Graciosa e Terceira, passados cinco anos sobre a apresentação de tal promessa.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

Voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e aprovado, por maioria, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 2 de junho de 2022.

O Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

A handwritten signature in blue ink, reading "Luís Carlos Correia Garcia".

Luís Carlos Correia Garcia